

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 5372, DE 2023

Altera a redação da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, Altera a Lei 10.855, de 1º de abril de 2004, para instituir o Programa de Enfrentamento a fila da Previdência Social e reconhecer a atividade de administração do Regime Geral de Previdência Social exclusivas do Estado.

Autor: Comissão de Legislação Participativa

Relatora: Deputada ROGÉRIA SANTOS

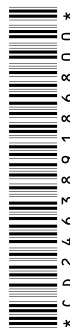
I – RELATÓRIO

O referido projeto “Altera a redação da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, Altera a Lei 10.855, de 1º de abril de 2004, para instituir o Programa de Enfrentamento a fila da Previdência Social e reconhecer a atividade de administração do Regime Geral de Previdência Social exclusivas do Estado”

Na justificativa, o autor afirma que a proposta se propõe a aperfeiçoar a Medida Provisória n. 1.181/2023, no que tange à valorização das carreiras de servidores públicos da Previdência. São essas pessoas que, dia a dia, enfrentam a sobrecarga de processos e carregam, injustamente, a fama de ineficientes e pelos atrasos no pagamento de benefícios.

A proposição foi distribuída às Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD)

A Proposição está Sujeita à apreciação do Plenário em Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)



No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA

A presente proposição altera a redação da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, Altera a Lei 10.855, de 1º de abril de 2004, para instituir o Programa de Enfrentamento a fila da Previdência Social e reconhecer a atividade de administração do Regime Geral de Previdência Social exclusivas do Estado.

A principal medida proposta pelo projeto, apresentado em 7 de novembro de 2023, é instituir em caráter permanente e continuado o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social – PEF, que teria como alvo “os processos administrativos cujo prazo de análise tenha superado trinta dias ou que possuam prazo judicial prestes a expirar, na forma do regulamento”.

Registre-se que o problema das chamadas filas de espera por benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com milhares de pedidos e requerimentos com atraso na sua apreciação, motivou a edição da Lei nº 14.724, de 14 de novembro de 2023, que, entre outras medidas, “Institui o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS)” e reajusta os salários das forças de segurança do Distrito Federal.

A Lei nº 14.724, de 2023 tem como objetivo reduzir o tempo de análise de processos administrativos e a realização de exames médico-periciais no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e prevê bônus para o trabalho extra dos servidores após o expediente e em finais de semana e feriados. Aprovado no Senado em 1º de novembro, o texto (PL 4.426/2023) substituiu a Medida Provisória 1.181/2023, que perdeu a validade.

A Lei também dispõe sobre a transformação de cargos efetivos vagos do Poder Executivo federal; altera as Leis nºs 3.268, de 30 de setembro de 1957, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993,



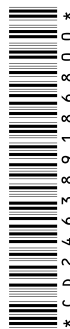
13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, 11.134, de 15 de julho de 2005, 11.361, de 19 de outubro de 2006, 10.486, de 4 de julho de 2002, 13.328, de 29 de julho de 2016, 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, 12.086, de 6 de novembro de 2009, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 14.204, de 16 de setembro de 2021; e revoga dispositivos das Leis nºs 9.713, de 25 de novembro de 1998, 9.986, de 18 de julho de 2000, e 14.059, de 22 de setembro de 2020, e a Medida Provisória nº 1.181, de 18 de julho de 2023.

A referida política tem como objeto “os processos administrativos cujo prazo de análise tenha superado 45 (quarenta e cinco) dias ou que possuam prazo judicial expirado”, bem como os serviços médicos periciais “realizados nas unidades de atendimento da Previdência Social sem oferta regular de serviço médico pericial”; “realizados nas unidades de atendimento da Previdência Social cujo prazo máximo para agendamento seja superior a 30 (trinta) dias”; “com prazo judicial expirado”, entre outros (art. 2º da Lei nº 14.724, de 2023).

O PEFPS possui prazo de vigência inicialmente até agosto de 2024, podendo ser prorrogado até novembro deste ano por ato conjunto do Ministro de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Ministro de Estado da Previdência Social e do Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República (art. 9º da Lei nº 14.724, de 2023).

Convém lembrar que todo o esforço para eliminar ou, pelo menos, atenuar o problema do represamento de demandas assistenciais e previdenciárias, incluindo avaliações médicas periciais, fora do prazo legal, repousa em trabalho adicional de servidores. A fim de viabilizar a execução do referido Programa, são previstos o Pagamento Extraordinário por Redução da Fila da Perícia Médica Federal - PERF-PMF e o Pagamento Extraordinário por Redução da Fila do INSS - PERF-INSS, para estimular o aumento da produtividade por um período determinado de tempo, bem como alcançar o equilíbrio das demandas acumuladas.

Logo, a proposta se propõe a aperfeiçoar a legislação com base na Sugestão Legislativa da Associação Nacional dos Membros da

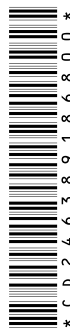


Carreira do Seguro Social – ANACSS, nos termos do Regimento da Câmara dos Deputados e dos normativos da Comissão de Legislação Participativa sob o argumento de que tal proposta é fundamental para fazer justiça aos integrantes da Carreira do Seguro Social e, ao mesmo tempo, buscar contribuir para o aperfeiçoamento do atual Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social, que visa dar efetividade a prestação de serviço público à sociedade brasileira, que clama por serviços públicos de qualidade e acessíveis, prestados de forma eficiente, e para que a Autarquia Previdenciária possa cumprir a sua missão precípua que é o reconhecimento de direitos.

Diante disso, o Programa prevê pagamento de adicional para os funcionários do INSS analisarem processos administrativos e perícias médicas. Neste cenário o Projeto de Lei visa aprimorar o referido programa no que tange à valorização das carreiras de servidores públicos da Previdência visando atender a uma justa demanda da sociedade brasileira, qual seja, prover a celeridade dos processos dos serviços da previdência social brasileira. Por outro lado, são essas pessoas que, dia a dia, enfrentam a sobrecarga de processos e carregam, injustamente, a fama de ineficientes e pelos atrasos no pagamento de benefícios.

Assim, uma das modificações proposta é a de incluir, entre os processos incluídos no PEF, não apenas aqueles cujo prazo judicial tenha expirado, mas também aqueles prestes a expirar, de forma a evitar que o cidadão precisa “aguardar ser prejudicado para só então ser atendido”. Além disso, ao invés de estabelecer como “linha de corte” os processos que já tenham quarenta e cinco dias de atraso, alteramos o texto para que, logo que os processos já estejam atrasados por trinta dias, sejam incluídos no PEF.

O mencionado Projeto de Lei busca ainda aumentar para R\$ 106,00 (cento e seis reais) o valor do Pagamento Extraordinário por Redução da Fila do INSS (PERF-INSS), fixado pela Lei nº 14.724, de 2023, em R\$ 68,00 (sessenta e oito reais). Além disso, procura caracterizar esse pagamento como verba de natureza indenizatória. O projeto prevê, nesse ponto, que seria “vedado a instituição de sobrecarga de trabalho adicional (pedágio), como requisito para participação do Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social –PEF”.



Ressalte-se que instituir em caráter permanente um programa, tal como pretende o Projeto de Lei nº 5.372, de 2023, envolve despesa pública para custear esse esforço adicional de produtividade que assumiria caráter continuado.

Em razão do exposto, esclareça-se que quanto estimativa do impacto financeiros e orçamentários da presente proposição é assunto de competência da Comissão de Finanças e Tributação, bem como cabe à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa do Projeto de Lei.

Assim, na análise do mérito de competência desta Comissão, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei n.º 5372/2023, com as Emendas anexas.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada ROGÉRIA SANTOS
Relatora



COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 5372, DE 2023

Altera a redação da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, Altera a Lei 10.855, de 1º de abril de 2004, para instituir o Programa de Enfrentamento a fila da Previdência Social e reconhecer a atividade de administração do Regime Geral de Previdência Social exclusivas do Estado.

Autor: Comissão de Legislação Participativa

Relatora: Deputada ROGÉRIA SANTOS

EMENDA Nº 1

Dê-se à Ementa do Projeto de Lei nº 5372, de 2023, a seguinte redação:

Altera a redação da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, Altera a Lei 10.855, de 1º de abril de 2004, para instituir o Programa de Enfrentamento a fila da Previdência Social e reconhecer a atividade de administração do Regime Geral de Previdência Social exclusivas do Estado.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada ROGÉRIA SANTOS
Relatora



COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 5372, DE 2023

Altera a redação da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, Altera a Lei 10.855, de 1º de abril de 2004, para instituir o Programa de Enfrentamento a fila da Previdência Social e reconhecer a atividade de administração do Regime Geral de Previdência Social exclusivas do Estado.

Autor: Comissão de Legislação Participativa

Relatora: Deputada ROGÉRIA SANTOS

EMENDA Nº 2

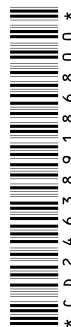
Dê ao Art. 3º do Projeto de Lei a seguinte redação.

Art. 3º A Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, passa a vigorar acrescidos do art. 1º-A, e do § 4º ao art. 2º:

Art. 1º-A As atividades de administração do Regime Geral de Previdência Social são consideradas exclusivas do Estado, cujas atribuições serão indelegáveis.' (NR)

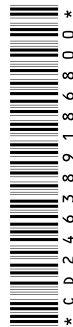
Art. 2º.....

§ 4º O ingresso nos cargos da Carreira do Seguro Social far-se-á no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigindo-se curso superior concluído, em nível de graduação, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.



..... (NR)”
Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada ROGÉRIA SANTOS
Relatora



COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 5372, DE 2023

Altera a redação da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, Altera a Lei 10.855, de 1º de abril de 2004, para instituir o Programa de Enfrentamento a fila da Previdência Social e reconhecer a atividade de administração do Regime Geral de Previdência Social exclusivas do Estado.

Autor: Comissão de Legislação Participativa
Relatora: Deputada ROGÉRIA SANTOS

EMENDA Nº 3

Dê ao Art. 2º do Projeto de Lei a seguinte redação.

Art. 2º O art. 68 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do § 6º e do § 7º:

“Art.68.....

.....

§ 6º Fica o INSS responsável pela fiscalização das atividades de que trata este artigo, garantida a autoridade para eventual aplicação da penalidade de que trata o § 5º, hipótese na qual a Autarquia comunicará o fato, no prazo de até 15 (quinze) dias, preferencialmente por meio eletrônico, às Corregedorias dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios e ao Conselho Nacional de Justiça para fins do exercício de controle de que trata o inciso III do § 4º do art. 103-B da Constituição Federal, atribuída competência exclusiva aos servidores da Carreira do Seguro Social.



§ 7º A atividade de fiscalização e os eventuais atos de lavratura de auto de infração decorrentes do disposto nos §§ 5º e 6º do caput serão atribuições exclusivas aos servidores da Carreira do Seguro Social, na forma do art. 5º-A da Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004.” (NR)

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada ROGÉRIA SANTOS
Relatora

